

O LIVRO BRANCO ARGENTINO: UM PROCESSO METÓDICO E UM RESULTADO

ALENTADOR.

Maj Inf Esteban Andrés Ravaoli¹

INTRODUÇÃO

O Livro Branco é um documento político que apresenta e expõe o conceito de Defesa do governo, sendo acessível ao público nacional, estrangeiro, civil e militar. Neste sentido, estabelece o marco da política estratégica para o planejamento da Defesa, sempre com uma perspectiva de médio-longo prazo. Simultaneamente, este documento reflete de maneira ampla as capacidades e funções do instrumento militar, fixa seus objetivos e os do Ministério da Defesa. Do ponto de vista da política exterior, os livros brancos também constituem uma maneira de construir e fomentar as medidas de confiança e de segurança em uma região. Sua publicação e difusão aumenta a transparência não apenas no âmbito doméstico, mas também no âmbito interestatal.

A República Argentina publicou seu primeiro Livro Branco no dia 31 de dezembro de 1998, sendo um dos primeiros países sul-americanos a fazê-lo. Este primeiro Livro Branco, em tese, deveria delinear os rumos da política exterior e de defesa da República Argentina nos anos em que esteve vigente (1999-2010), contudo, por não ter sido revisado, apesar das mudanças substanciais no contexto interno e externo da Argentina, este documento foi sendo paulatinamente abandonado até ser totalmente esquecido pelo poder político, pelos cidadãos e pelo oficialato mais moderno das Forças Armadas.

A esta situação já complexa, acrescenta-se a inflexão da política externa argentina que abandonou velhos aliados e paradigmas políticos nacionais, substituindo-os por novas alianças internacionais e uma nova postura geopolítica nacional. Este novo cenário levou o país a adotar uma política mais identificada com a integração latino-americana e o isolou dos centros de poder mundial. Isso fez com que o país abandonasse certos compromissos internacionais – como o status de “aliado extra-OTAN dos Estados Unidos” – e o aproximou de novos compromissos políticos e de integração na América Latina em diferentes esferas do poder nacional. A Defesa é uma delas.

Esta nova realidade política internacional incorporada progressivamente pela República Argentina desde o ano de 2003, somada à declaração nacional e unilateral da inexistência de hipótese de conflito para o país, fez surgir a necessidade de confeccionar um novo livro branco mais compatível com os tempos atuais e com a nova visão do país projetada pelo poder executivo. Por isso, no ano de 2010, ano do bicentenário da Revolução de Maio (o primeiro governo pátrio e o início da guerra de independência), a

¹ O autor é oficial do Exército Argentino e aluno do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME.

presidente da Nação ordenou que se iniciassem os trabalhos e os estudos para um novo livro branco, que se chamaria “Livro Branco do Bicentenário”. Esse novo livro está sendo elaborado de acordo com as normas fixadas pela Organização dos Estados Americanos mediante a Resolução número 829 de 2002.

Na confecção do atual Livro Branco argentino, trabalha atualmente uma verdadeira comunidade de defesa, formada por especialistas de diferentes universidades nacionais e internacionais, políticos, organizações-não-governamentais, organismos de direitos humanos, acadêmicos, membros do Ministério da Defesa e militares. O grupo criado para elaborar o livro deveria ter finalizado os trabalhos em 2010, mas o documento ainda não foi concluído. Esse fato porém não impede que o processo de elaboração do atual Livro Branco seja analisado no estágio onde se encontra. Ademais, o fato de o Livro Branco ainda não ter sido concluído também será levado em conta para se extrair conclusões e contribuir para comprovar, ou não, a hipótese apresentada no artigo, já que isso também pode ser entendido como um sinal inequívoco da perda de impulso ou da falta de interesse do poder político pelos temas relacionados à Defesa Nacional.

Neste artigo, será apresentado o procedimento geral que deveria ser desenvolvido na edição de um Livro Branco de Defesa que seja realmente útil para nortear a política de defesa e será explicitado como está sendo desenvolvido na Argentina o novo Livro Branco, chamado de “*Livro Branco do Bicentenário*”, de acordo com os mais modernos métodos sugeridos pela OEA na resolução anteriormente mencionada. Tudo isto considerando a experiência que está sendo levada adiante pela República Federativa do Brasil para desenvolver o seu próprio Livro Branco e o marco de colaboração que a Argentina está prestando para isto, materializada recentemente na dissertação do Ministro da Defesa Argentino, Dr. Puricelli, no 6º Seminário do Livro Branco de Defesa Nacional desenvolvido nos dias 30 e 31 de agosto de 2001 na cidade de São Paulo.

DESENVOLVIMENTO.

Como foi indicado na introdução, a República Argentina foi um dos primeiros países latino-americanos a redigir e dar conhecimento internacional de seu Livro Branco. O primeiro deles data do ano de 1999, editado durante a presidência do Dr. Carlos Menem. Esse primeiro livro foi desenvolvido por iniciativa governamental e redigido quase exclusivamente por membros das Forças Armadas e do Ministério da Defesa. Foi elaborado um produto voltado para o conjunto internacional de nações com o objetivo de posicionar o país entre os primeiros da região a possuir este documento e a estar em paridade com as nações mais evoluídas do planeta nesse sentido. Por isso, por ter carecido de um debate plural e amplo, em que todas as vozes legítimas fossem escutadas, não houve impactos internos relevantes que marcassem um rumo na política de defesa do país.

Depois de 21 anos da publicação desse primeiro livro e devido à renovação política argentina e ao novo contexto internacional e regional, o Poder Executivo Nacional decidiu redigir um novo livro que servisse como base para a definição de uma verdadeira política de defesa. Apesar de no momento o mesmo ainda não se encontrar finalizado, as experiências que já estão sendo obtidas contribuirão para enriquecer o trabalho de quem tem a responsabilidade de redigir estes documentos em seus respectivos países.

A seguir, serão apresentados os procedimentos gerais para elaborar um livro branco e posteriormente será analisada de forma mais complexa a experiência argentina nesse assunto.

1. O aspecto metodológico.

A Organização dos Estados Americanos, através de seu Conselho Permanente, emitiu no dia 06 de novembro de 2002, por meio de sua Resolução Nº 829 “*As Diretrizes para a Elaboração de Documentos sobre Políticas e Doutrinas Nacionais de Defesa (Livros Brancos)*” (OEA, 2002), em que são detalhados, entre outros aspectos, a finalidade, as características, o método de elaboração e o conteúdo dos Livros Brancos, incentivando os países americanos a elaborar os seus respectivos livros de acordo com essas orientações gerais.

Geralmente, quando um Estado toma a decisão de redigir e publicar um livro branco, pode optar por dois métodos bem distintos. O primeiro está associado à ideia de que o Governo, mediante mecanismos internos, irá redigir e editar um Livro Branco de Defesa; o segundo está relacionado com a materialização de um processo no qual a elaboração do livro branco se baseie na aplicação de uma metodologia que facilite a participação de amplos setores e assegure que sua edição seja coerente com os objetivos nacionais, a doutrina das forças e o programa de governo.

No primeiro caso – tal como ocorreu na Argentina com o livro de 1999 - quando o livro branco é uma iniciativa exclusivamente governamental e incumbência de um pequeno grupo de redatores, geralmente membros das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, o resultado é um Livro Branco voltado, especificamente, para o mercado internacional com a finalidade de cumprir um compromisso na política exterior. Quando se utiliza este método, geralmente não existem impactos internos relevantes, salvo o de possuir um documento oficial sobre os princípios que sustentam a defesa nacional. Por isso, estes livros não costumam proporcionar informação relevante e costumam cair rapidamente em desuso. Muitas vezes acontece (não é o caso argentino) de esta metodologia ser utilizada por governos que não desejam, por diferentes razões, “abrir o jogo”, tampouco ouvir as opiniões sobre temas de defesa por parte da sociedade civil, organizada e estudiosa de diferentes aspectos que contribuem para a defesa nacional. É comum acontecer que a responsabilidade do pensamento relativo à defesa seja delegada às forças armadas e não à sociedade como um todo.

Os países que utilizam o segundo método, no qual o livro branco é a expressão de um trabalho sistemático e metodológico, buscam alcançar dois objetivos políticos importantes: por um lado, tenta-se criar um debate organizado sobre os temas básicos de defesa, abrindo um espaço de diálogo e de convergência de interesses. Por outro lado, ao ser proposta uma condução pelo Ministério da Defesa, mediante um esquema de trabalho em equipe de acordo com a condução política, se materializa a essência do controle civil sobre o militar. Assim, se estabelece um espaço de interação sobre a definição de objetivos políticos assumidos pelo Ministério, porém se estendem canais de participação das forças, obtendo um esquema de “visão de Estado” que facilita o trabalho e os acordos metodológicos.

Do exposto, é possível destacar a importância da metodologia, isto é, a forma como que se decide abordar o problema e as ferramentas que serão utilizadas para seu desenvolvimento, pois isto irá condicionar todo o trabalho posterior e os resultados que o mesmo alcance.

2. Constituição da equipe e notas metodológicas

Para o desenvolvimento deste ponto iremos nos guiar pelo prestigioso cientista político chileno Holzmann (2002), que dá orientações precisas com relação à metodologia correta para elaborar um Livro Branco. O primeiro passo que deve ser dado para alcançar o êxito no processo de elaboração de um Livro Branco é a formação da equipe organizadora. Esta deve estar composta pelo pessoal hierarquizado do Ministério da Defesa, tanto civil como militar, e representantes das Forças Armadas. Esta equipe terá a importante responsabilidade de esboçar a metodologia do Livro Branco, para a qual pode e deve buscar apoio interno no governo.

A integração da equipe constitui, em si mesmo, um gesto de confiança político-militar. Por isto, a reserva e a coesão interna têm grande importância frente aos distintos interesses que provocam um esboço desta natureza. A imagem de coesão que a equipe organizadora mostrar será fundamental na percepção política e pública do trabalho a ser realizado.

Uma vez constituída a equipe, se inicia o processamento do requerimento político do Ministro da Defesa e do Presidente da República, o qual implica definir, em termos operacionais, o objetivo do trabalho e estabelecer uma metodologia de discussão que possibilite uma aproximação sucessiva para identificar o problema e suas questões afins, com o único propósito de desenvolver um plano que se insira na política governamental e estatal.

De acordo com estas premissas, o Comitê Organizador elabora um documento base, de caráter propositivo que reflita os alcances e os critérios de trabalho a serem desenvolvidos, como também o cronograma e as condições políticas que devem ser cumpridos para o êxito deste objetivo. Este documento base deve ser aprovado pelas instâncias políticas correspondentes, Ministro da Defesa e Presidência da República, e deve ser levado ao conhecimento das Comissões de Defesa do Congresso.

É aconselhável que o trabalho deste Comitê se organize em torno de um Regulamento que possibilite a redação de documentos e estabeleça os critérios de debate, de maneira tal que seu trabalho possua uma ordem adequada e avaliável conforme os objetivos estabelecidos pelo nível político. Para isto, o Comitê Organizador tem a responsabilidade de estabelecer seu método de trabalho interno, que implica considerar os objetivos políticos do Governo, os interesses das Forças e a relação entre os demais atores envolvidos e convidados para participar dos debates.

Considerando o comentário anterior, passaremos a expor brevemente os principais elementos que permitem a construção de um Livro Branco.

3. Elementos fundamentais:

Segundo o autor mencionado anteriormente (HOLZMANN, 2002), a situação básica que deve ser obtida para criar as condições adequadas para o debate posterior, são as seguintes:

a. Superar a desconfiança político-militar.

b. Criar condições políticas para o consenso conceitual e político.

c. Reconhecer e/ou formar uma comunidade de defesa, incorporando representantes dos partidos políticos, militares do serviço ativo designados pelas instituições, membros do Congresso Nacional, preferentemente os pertencentes às Comissões de Defesa, universidades, ONGs, acadêmicos que trabalham temas direta ou indiretamente relacionados com a Defesa e membros de distintos órgãos estatais relacionados ao tema.

d. Reconhecer o papel do Poder Legislativo de forma expressa, pois nele se radica aspecto importante de legitimação deste processo e de seus objetivos.

e. Finalmente, criar as condições de diálogo, mediante o esboço de uma metodologia que responda aos objetivos propostos e à cultura política de cada país.

4. Aspectos para a organização do debate:

a. O recomendável é organizar o debate por tópicos a partir dos objetivos definidos pelo Comitê Organizador. É importante ter claro que o que se busca é um acordo sobre os termos. Portanto, não se trata de um trabalho acadêmico rigoroso, mas de um trabalho que mostre a viabilidade política de se obter consenso, que represente de forma genérica todos os atores envolvidos segundo os critérios de convergência já indicados.

b. A identificação de semelhanças e diferenças torna-se um elemento que contribui adequadamente para o desenvolvimento do debate. Neste sentido, não se deve forçar a busca do consenso, toda vez que existir uma Comissão Redatora do Livro, que tenha a missão de padronizar a linguagem e identificar os

consensos que sejam congruentes com as propostas dos Governos, das instituições armadas e os demais princípios diretores deste trabalho.

c. O desenvolvimento do debate é um trabalho organizado em quatro etapas: a primeira corresponde à formação do Comitê Organizador, que desenvolve as pautas conforme indicado e proposto no esquema de debate. A segunda etapa corresponde ao desenvolvimento de reuniões com todos os atores convocados nas quais, a partir de trabalhos solicitados, se direciona o debate e se busca o consenso, estabelecendo-se a abertura e o encerramento do tema em uma só sessão. A terceira etapa corresponde à redação do Livro, na qual participa o Ministério, que conduz, e as instituições de Defesa, que revisam e dão forma à estrutura definitiva do Livro. A última etapa é a aprovação presidencial e/ou legislativa segundo o uso de cada país.

d. Os resultados dos debates relativos aos tópicos definidos nos quais exista consenso permitem a criação de um glossário de termos, cuja utilidade é a de coletar o significado comum que estas palavras possuem no ambiente nacional e que deve ser coerente com a ordem jurídica já existente.

e. A definição das temáticas a serem tratadas: o agendamento das sessões, a publicação de tudo isso em uma página da *web* especialmente construída, a quantidade de convidados e os trabalhos a serem solicitados constituem elementos básicos na organização do debate de maneira que seu desenvolvimento possua coerência adequada aos objetivos do trabalho.

5. Temas a serem tratados em um Livro Branco:

A citada resolução do Conselho Permanente da OEA detalha claramente qual deveria ser o conteúdo dos Livros Brancos em nosso continente.

Basicamente, os temas a serem tratados em um Livro Branco se baseiam na necessidade de sistematizar a visão histórica do país sobre a Defesa, abordar os problemas tradicionais que enfrentaram em seu ambiente internacional, realizar um diagnóstico da situação presente e, finalmente, estabelecer as orientações que orientam a Defesa no futuro mediato.

Segundo essas premissas, a orientação proporcionada pela mencionada resolução estabelece pontualmente os seguintes aspectos:

PRIMEIRA PARTE: Política e doutrina de Defesa

- Avaliação do entorno da segurança e do contexto interno
- Estratégia de reação frente aos perigos percebidos e de cumprimento de compromissos internacionais
- Funções e missões das Forças Armadas.

SEGUNDA PARTE: Capacidades das Forças Armadas.

TERCEIRA PARTE: Problemas orçamentários e de recursos.

QUARTA PARTE: Orientação futura: modernização das Forças de Defesa, aquisição de armas em grande escala, etc

QUINTA PARTE: Estrutura militar da Defesa.

6. O Caso Argentino.

Em agosto de 2003, o então Presidente da República, mediante o Decreto 545, aprovou e pôs em andamento o projeto previamente apresentado pelo Ministério da Defesa chamado “A Defesa Nacional na Agenda Democrática” (ARGENTINA. Boletim Oficial 07/08/03). Este documento, elaborado pelo Ministério da Defesa, tinha o objetivo de criar um ambiente de debate capaz de propiciar a atualização de diagnósticos, de contribuir de maneira plural e aberta para a elaboração de um Plano Estratégico de Defesa Nacional e de elevar esta temática à condição de Política de Estado. O decreto presidencial é taxativo quando expressa que *“Este trabalho terá como objetivo central conscientizar e sensibilizar o cidadão da necessidade de participar ativamente da definição de uma política pública sobre a Defesa Nacional, construir sólidos canais de intercâmbio cívico-militar, e debater sobre o papel fundamental das Forças Armadas para a consolidação da democracia, em um marco pluralista. Por sua vez, este projeto constituirá um insumo fundamental para a elaboração da nova edição do Livro Branco de Defesa Nacional.”* (ARGENTINA. Decreto 545, 2003).

O projeto contou com o apoio do PNUD, que foi fundamental para seu desenvolvimento, e com o apoio do Ministério da Defesa. Por disposição desse mesmo decreto e com o objetivo de desenvolver este projeto, foi estabelecido um Conselho Assessor sob a presidência do então Ministro da Defesa, Dr. José Pampuro e a direção do Secretário de Assuntos Militares, Sr. Julián Domínguez, e com a participação, entre outros, de representantes de ambas as Câmaras do Congresso, das Secretarias de Relações Exteriores (Chancelaria), de Direitos Humanos (Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos), de Planejamento (Ministério da Defesa), dos Estados-Maiores Conjuntos e de cada uma das Forças Armadas, da Escola de Defesa Nacional e do PNUD. Além disso, foi estabelecido um comitê acadêmico com a participação de destacados especialistas de instituições civis e militares, convocados a título pessoal, pertencentes a instituições acadêmicas, organizações não governamentais, centros de estudos militares, meios de comunicação e repartições públicas relacionadas com a Defesa.

O plano geral de trabalho, detalhado no decreto presidencial propenso a materializar o projeto, contemplou um desenvolvimento em três etapas: uma primeira etapa de constituição de uma agenda de discussão e de formação de mesas de debate e reflexão, cujo produto foi um documento que reuniu os consensos alcançados². Uma segunda etapa, que consiste na realização de alguns seminários e oficinas com o propósito de examinar algumas problemáticas específicas, estendendo esta discussão à escala nacional, mediante a realização de debates em foros regionais ao longo do país e que resultaria na redação

²Esse documento, apresentado ao Presidente da Nação em novembro de 2003, se chamou “**A Defesa Nacional na Agenda Democrática: Informe da Primeira Roda de Discussões**”.

do Livro Branco. A terceira etapa implicaria a apresentação dos resultados do trabalho ao Poder Executivo Nacional e ao Poder Legislativo Nacional, para que este documento conte com a necessária legitimação legal.

Primeira Etapa:

Para o desenvolvimento desta primeira etapa, foi definido um temário de trabalho e foram constituídas nove mesas de discussão. Cada uma delas se reuniu em três oportunidades com o objetivo de alcançar um ditame único em cada caso, reunindo os acordos alcançados. Os membros do Comitê Acadêmico e do Conselho Assessor convidaram pessoas de reconhecido prestígio para que fizessem parte do debate nestas mesas. Foram elas:

Mesa 1: Política exterior e Defesa Nacional.

Mesa 2: O papel das FA no novo contexto estratégico internacional e regional.

Mesa 3: A Defesa e a comunidade.

Mesa 4: A condução da Política de Defesa.

Mesa 5: O instrumento militar.

Mesa 6: Educação na Defesa.

Mesa 7: Economia e Defesa.

Mesa 8: Mobilização e reservas.

Mesa 9: Inteligência.

O trabalho das mesas de discussão foi supervisionado e complementado com reuniões conjuntas do Conselho Assessor e do Comitê Acadêmico. Foram realizadas, no total, três reuniões, uma delas com dois dias de duração que teve lugar na Base de Porto Belgrano.

Para desenvolver o trabalho, as mesas de debate funcionaram de maneira praticamente simultânea e cada uma produziu um ditame. Trata-se, em cada caso, de uma elaboração autônoma, quer dizer, que cada mesa discutiu sua respectiva temática independentemente dos resultados que iam sendo produzidos nas demais. Apesar das acaloradas discussões, muitas vezes marcadas por posturas ideológicas irreconciliáveis, devido ao objetivo maior de alcançar, com uma metodologia participativa e de um modo transparente, definições de Política de Estado em matéria de Defesa, se privilegiou a busca de acordos e as diferenças foram trabalhadas com responsabilidade.

Depois de pouco mais de dois meses de trabalho, a primeira etapa terminou com um documento que compilou os resultados das discussões ocorridas, sendo que estes foram apresentados formalmente ao Presidente da República. Com este documento, foi cumprida a primeira etapa de um projeto que desejava continuar seu desenvolvimento.

Segunda Etapa:

Quase sete anos depois, uma série de leis, decretos, resoluções e diretrizes políticas nacionais relacionadas com a Defesa³ deveriam transcorrer para que houvesse o início da segunda etapa.

Esta começou com a Resolução Ministerial Nº 6/2010, de 16 de março de 2010. O texto dessa resolução reconhece que “*a República Argentina adotou uma perspectiva no que tange à Defesa Nacional e à Segurança Internacional marcada por uma estratégia de caráter defensivo que exige uma apreciação política global e um processo de reflexão e seguimento contínuo das questões de interesse para a Defesa Nacional*” e que “*o intercâmbio e a elaboração de Livros Brancos de Defesa foram identificados pelos países das Américas como um mecanismo de fomento da confiança e da segurança para a promoção das práticas democráticas no Hemisfério*” (ARGENTINA. Resolução Ministerial 6, 2010). Por isto, se resolveu criar no âmbito da Secretaria de Estratégia e Assuntos Militares a “*Comissão de Elaboração do Livro Branco de Defesa 2010*”. Esta Comissão dependeria diretamente do Secretário de Estratégia e Assuntos Militares, estando composta por uma equipe de trabalho dessa Secretaria e representantes do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Para isto, foi estabelecido como Presidente da Comissão o Subsecretário de Planejamento Estratégico e Política Militar do Ministério da Defesa, o Licenciado Juan Lopez Chorne, e foram designados os demais integrantes que teriam caráter de Vice-presidente, Secretário Executivo, Porta-vozes, Coordenador Geral e Membros do Comitê de Elaboração.

Esta Comissão organizou os debates em oito oficinas, dois seminários (um nacional e outro internacional) e um ciclo de conferências. Tudo que foi planejado por esta Comissão foi disponibilizado na página da *web* especialmente construída⁴ onde se pode visualizar a programação de todos os eventos, os participantes, os resultados de cada uma dessas oficinas e, o mais importante, podiam ser acompanhadas *online* todas atividades e podia-se participar delas de forma virtual, por meio de teleconferência mediante prévia inscrição. Uma vez finalizadas as oficinas, podem ser vistos os vídeos das exposições de todos os participantes das mesmas.

³As leis e decretos relacionados com a Defesa que foram emitidos nesse período, foram: Decreto 727/2006 (Regulamentação da Lei de Defesa Nacional), Decreto 1691/2006 (Diretriz sobre a Organização e Funcionamento das FA), Decreto 1729/2007 (Ciclo de planejamento da Defesa Nacional), Resolução Ministerial Nº 5/2009 (Criação da Comissão para a Revisão do Livro Branco 1999 e a Elaboração do Livro Branco de Defesa 2009) e Decreto 1741/2009 (Diretoria de Política de Defesa Nacional).

⁴www.libroblanco2010.gov.ar

Além da página da *web* mencionada, também foi disponibilizada uma página na rede social Facebook⁵, em que os usuários desta rede social podem ser adicionados, comentar fatos, gerar ideias e seguir em seus próprios perfis as últimas notícias e novidades.

As oficinas e os seminários realizados foram os seguintes (por motivos de espaço não se incluem neste trabalho o nome e cargo dos expositores das diferentes oficinas):

Oficina I: "Defesa Nacional: Cooperação e Integração Regional".

Oficina II: "Defesa Nacional: Democracia, Condução Civil e Direitos Humanos"

Seminário Nacional: "A Defesa Nacional da Argentina do Bicentenário" .

Oficina III: "O Papel da Sociedade Civil na Nova Agenda Global de Paz e Segurança", Foro de Discussão sobre o Livro Branco da Defesa. **Seminário Internacional:** "Defesa Nacional: Desafios e Perspectivas no Século XXI".

Oficina IV: "A Defesa Nacional na Argentina do Bicentenário: na visão dos Meios de Comunicação".

Oficina V: "Educação, ciência, tecnologia e produção para a Defesa".

Oficina VI Binacional: "Em direção ao fortalecimento da Paz, Segurança e Cooperação Regional".

Ciclo de Conferências "A Política Nacional e a Defesa".

Oficina VII: "O papel do Congresso na Defesa Nacional (1983-2010)".

Oficina VIII: "Desafios Regionais para a Segurança Internacional e a Defesa".

Neste momento, o processo de oficinas, debates e conferências já está encerrado e já foi efetuada a redação final a cargo da Comissão de Elaboração do Livro Branco 2010, chamado agora de "Livro Branco do Bicentenário", que se encontra atualmente na etapa de revisão final.

Finalizado isto, em um prazo ainda indefinido, mas que será, no meu juízo, peremptório, o Livro Branco do Bicentenário será apresentado ao Congresso Nacional para ser aprovado e posteriormente remetido à Presidente da Nação para sua promulgação definitiva e sua divulgação pública.

CONCLUSÃO.

A sociedade argentina se encontra em um processo de franca evolução intelectual no que se refere à Defesa Nacional. Não faz muito tempo, o que era interpretado como "questão dos militares", hoje em dia já é pensado como "a Defesa Nacional que compete a todos". Esta evolução também incluiu o poder

⁵<http://www.facebook.com/pages/Libro-Blanco-de-la-Defensa-2010/129330597093108>

político que entende e aceita a sua responsabilidade de preparação integral da Defesa e da condução política de suas Forças Armadas.

Entre muitas outras questões, esta nova e concreta concepção na elaboração do Livro Branco do Bicentenário, que não foi responsabilidade única das Forças Armadas, mas que está sendo confeccionado por uma verdadeira Comunidade de Defesa, produzirá um trabalho sistemático, metodológico e integrado.

Na elaboração deste Livro se proporcionou à PNUD a oportunidade de participar ativamente dos debates, o que deu ao Livro um maior marco de legitimação internacional e transparência. Além disso, se buscou aproveitar a experiência prévia própria e o conhecimento que outros países do Cone Sul possuem sobre o assunto. Não por acaso se levou adiante um ciclo de conferências na República do Chile, já que esse país se encontra na vanguarda sul-americana no debate pluralista no marco das instituições republicanas das questões relacionadas com a Defesa Nacional. A metodologia empregada e as edições anteriores dos Livros Brancos desse país dão conta disto.

Do ponto de vista metodológico, foi muito correto o que se fez para elaborar o Livro Branco do Bicentenário. Contudo, ainda é muito cedo para julgar o resultado final. Ter-se-á de esperar a sua publicação para analisar e avaliar o produto de tanto esforço.

Apesar disso, chama a atenção que nos ciclos de conferências e debates não foram mencionados alguns pontos importantes que deveriam compor um Livro Branco, como aqueles aspectos referentes a: *capacidades das Forças Armadas, modernização das Forças de Defesa, aquisição de armas em grande escala, estrutura militar da Defesa e esboço de Forças*. Entretanto, foram analisados outros pontos aparentemente menos importantes para a Defesa Nacional, entre eles, “*A Defesa Nacional na Argentina do Bicentenário: na visão dos meios de comunicação*”. Por isso, mais uma vez afirmo que terá que se esperar a publicação do Livro para fazer uma avaliação crítica dele.

Dessa forma, o Livro Branco do Bicentenário é uma excelente iniciativa governamental e o procedimento levado adiante para estabelecê-lo seguiu, o mais ajustadamente possível, os padrões ideais fixados pela OEA. Por isso, não podemos esperar nada menos do que um excelente resultado, que se torne útil para fixar a Política de Defesa como verdadeira política de Estado e que contribua para fortalecer ainda mais os já profundos laços de fraternidade entre os países da América do Sul.

REFERÊNCIAS

MINISTERIO DE DEFENSA. SECRETARIA DE ESTRATEGIA Y ASUNTOS MILITARES.

Resolución N° 6/2010. Buenos Aires, 2010.

MINISTERIO DE DEFENSA. **Libro Blanco de la República Argentina.** Buenos Aires, 1999.

ARGENTINA. **Decreto Nro 545/03 La Defensa Nacional en la Agenda democrática.** Buenos Aires, 2003.

MINISTERIO DE DEFENSA. **La Defensa Nacional en la Agenda Democrática: Informe de la Primera Ronda de Discusiones.** Buenos Aires, 2003.

HOLZMANN, Guillermo. **Política de defensa y diseño del Libro Blanco de la Defensa. El caso de Chile.** Chile: Departamento de Ciencia Política Universidad de Chile, 2003.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS. **Consejo Permanente. Resolución 829: Adopción de los Lineamientos sobre la Elaboración de Documentos sobre Políticas y Doctrinas Nacionales de Defensa.** Washington, 2002.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS. Asamblea General. Resolución 1409: **Medidas de Fomento de la Confianza y la Seguridad en las Américas,** Washington, 1996.

CONFERENCIA REGIONAL DE SAN SALVADOR. **Declaración de San Salvador sobre Medidas de Fomento de la Confianza y de la Seguridad.** El Salvador, 1998.

GONZÁLEZ GUYER, Julián. **Los Libros Blancos de Defensa en el Cono Sur.** Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2008.

BARRACHINA, Carlos. **Programa interno de medidas de confianza mutua: los Libros Blancos en América Latina bajo una perspectiva comparada.** Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2008.

SAIN, Marcelo Fabián. **El Libro Blanco de la Defensa Nacional en Argentina: logros y desafíos de la política de defensa y militar argentina en los comienzos del milenio.** Quilmes: UNQ, 2003.

ATRIA BENAPRÉS, Rodrigo. **Libros de la Defensa: una base común para su elaboración.** Chile: REDES, 2003.

www.libroblanco2010.gov.ar

www.infoleg.gov.ar

<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/>

<http://www.facebook.com/pages/Libro-Blanco-de-la-Defensa-2010/129330597093108>